

Ecofeminismo na Amazônia: análise das práticas e perspectivas de lideranças femininas para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável

Drielly Monteiro Fernandes e Cristiane do Nascimento Brandão

RESUMO

Antes que as primeiras conferências globais começassem a se reunir para tratar sobre as consequências e os efeitos socioambientais, as mulheres já denunciavam o desflorestamento, o uso de agrotóxico, a violência da guerra e da energia nuclear, como também se manifestavam contra as tragédias e calamidades ocorridas por responsabilidade humana. O presente estudo visou analisar as práticas e o discurso de lideranças femininas atuantes na Amazônia e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, baseada na Teoria Fundamentada nos Dados, e realizada a coleta de dados a partir da amostragem não probabilística “Snowball” com obtenção de oito entrevistadas. A discussão dos resultados foi dividida em duas categorias: “Práticas e perspectivas ecofeministas”, e “Ações que cooperam para a consecução da Agenda 2030”. Ao analisar a prática e o discurso de lideranças femininas atuantes na Amazônia, foi possível descrever as principais práticas e perspectivas ecofeministas nas causas ambientais, ligadas às atividades agrícolas e extrativistas, à educação ambiental e uso das mídias sociais, ressaltando um viés local fator-chave ao complementar a atuação planetária; e evidenciou de que forma as ações desempenhadas pelas mulheres cooperaram para a consecução da Agenda 2030, contribuindo ao marco histórico da agenda ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Este trabalho evidencia como a atuação da liderança feminina na região Amazônica desempenha ações fundamentais que interseccionam a natureza, a dignidade humana, a igualdade de gênero, o meio social e o econômico, contribuindo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-Chave: ecofeminismo; desenvolvimento sustentável; liderança feminina.

Ecofeminism in the Amazon: analysis of the practices and perspectives of female leaders to achieve the sustainable development goals

ABSTRACT

Before the first global conferences began to meet to discuss the socio-environmental consequences and effects, women were already denouncing deforestation, the use of pesticides, the violence of war and nuclear energy, as well as demonstrating against the tragedies and calamities that occurred, by human responsibility. The general objective of this study was to analyze the practice and discourse of female leaders working in the Amazon and their relationship with sustainable development. Specifically, we sought to: describe the main ecofeminist practices and perspectives in the causes; and highlight how the actions carried out by women cooperated in achieving the 2030 Agenda. This is a qualitative, descriptive research, based on Grounded Theory and data collection was carried out using non-probabilistic “Snowball” sampling with obtaining 8 interviewees. The discussion of the results was divided into two categories: “Ecofeminist practices and perspectives”, and “Actions that cooperate to achieve the 2030 Agenda” such as environmental education, in accordance with the 4th goal of quality education of the Sustainable Development Goals (SDG); small-scale agriculture, achieving the 2nd goal of zero hunger and sustainable agriculture, pastoral and forestry systems, the extractive and agrarian reform model, forest management, by cooperating with the 15th goal of terrestrial life; reuse, selective collection, composting and use of fertilizer, contributing to the 12th goal of conscious consumption and production of the 17 SDGs.


Keywords: ecofeminism; sustainable development; female leadership.

Recebido em: 27/03/2024

Revisado em: 14/09/2024


Aprovado em: 10/04/2025



Drielly Monteiro
Fernandes 

Universidade Federal do Amazonas,
Brasil.
Bacharela em Administração,
Universidade Federal do Amazonas,
Brasil.

academia.drielly@gmail.com

Cristiane do Nascimento
Brandão 

Universidade Federal do Amazonas,
Brasil.
Doutora em Administração de
Empresas, Escola de Administração
de Empresas de São Paulo, Fundação
Getúlio Vargas, Brasil.

cristianebrandao@ufam.edu.br

Introdução

A partir da metade do século 20, as questões ambientais começaram a ganhar ainda mais notoriedade, tanto em nível nacional, quanto a nível internacional. A partir da Declaração do Milênio da ONU e da formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, foi possível firmar o acordo das negociações entre os países em setembro de 2015, com a definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas inter-relacionadas, para orientar as políticas públicas e a cooperação internacional na implementação da Agenda 2030 (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2022).

Antes que as primeiras conferências globais começassem a se reunir para tratar sobre as consequências e efeitos socioambientais, as mulheres já denunciavam o desflorestamento, o uso de agrotóxico, a violência da guerra e da energia nuclear, como também se manifestavam contra as tragédias e calamidades ocorridas por responsabilidade humana (Mies & Shiva, 1993; Solón, 2019; Dalal, 2019; Husein, Herdiansyah & Putri, 2021).

Segundo Beltran (2017), a partir da década de 1970, na Índia, as gerações de mulheres se organizaram diante o esgotamento de reservas florestais, ao exigirem retirada de postos industriais onde eram despejados efluentes químicos que afetavam a saúde e o sustento domiciliar, e oporem-se às políticas de desmatamento para que mais de duas mil e quinhentas árvores pudessem continuar erguidas, movimento conhecido como Chipko de Uttarakhand.

As mulheres do Himalaia, dentre elas Gaura Devi, protagonizaram o movimento que evoluiu nas duas décadas seguintes, de abraçar árvores a proteger florestas, montanhas e águas vivas (Beltran, 2017). Essa prática ancestral remonta a 1730, onde em uma comunidade da religião Bishnoi, que proibia caçar e matar animais, Amrita Devi lutou com a própria vida junto às 350 aldeãs que resistiram contra o desflorestamento em ascensão (Mies & Shiva, 1993).

Após ondas de protestos e atividades contra a degradação ambiental, o ecofeminismo começou a ganhar notoriedade, assimilando características próprias que os distinguiram de uma cultura específica em cada local e região. Para Roso e Espindola (2021), o movimento visa reconhecer as mulheres como membros ativos e racionais na sociedade por meio da implementação de estratégias, para desconstruir o pensamento dual que durante muito tempo perdurou na sociedade.

O ecofeminismo foi nomeado em 1974 pela ambientalista francesa Françoise d'Eaubonne no livro "*Le féminisme ou la mort*" (Foster, 2021; Odrowaz-Coates 2021; Rapkin-Citrenbaum, 2020), e se trata de uma perspectiva sistêmica que une a teoria crítica com o objetivo de explicar e questionar o sistema de dominação violento contra a mulher e a natureza, com a prática política e filosófica como arma de interpretação para a transformação do mundo através da dissecação do colonialismo, patriarcado, extrativismo e capitalismo (Beltran, 2017; Dalal, 2019; Gudynas, 2020).

Conforme salientam Irving e Herlin (2018), o conjunto de problemáticas socioambientais que causa impacto, exploração, efeitos das mudanças

climáticas sobretudo a grupos vulneráveis, como mulheres e povos historicamente marginalizados, precisa ir além de questões econômicas de mercado, sendo necessário investigar e entender como problemas interdimensionais interseccionam fatores socioculturais, bem como “[...] descentralizar e integrar um pensamento decolonial sobre a homogeneização” (Tavares, 2021, p. 203).

Portanto, torna-se essencial analisar os discursos sobre o Desenvolvimento Sustentável pelo viés ecofeminista, já que essa lente permite integrar a teoria à prática e desestruturar constructos homogêneos, duais que inviabilizam ou confundem o envolvimento com a Terra.

Para Roso e Espindola (2021), a sustentabilidade deve nortear o desenvolvimento como princípio em âmbito jurídico e constitucional, como também como valoração social, para não isolar e dividir as dimensões, e sim visualizá-las como interligadas uma à outra. Assim, surge o ecofeminismo para romper com o paradigma dual entre bem e mal, masculino e feminino, ciência e natureza, colonizador e colonizado, formando novos valores que possam ser integrados ao todo, não somente as partes, propondo uma relação orgânica com a humanidade, ao unir as dualidades entre humanidade e natureza e, assim, superar as dicotomias (Solón, 2019).

Dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para atender à Agenda 2030, o 5º objetivo ressalta que, torna-se imprescindível promover e estimular a igualdade de gênero de forma a “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. Por isso, é importante destacar e visibilizar o protagonismo das mulheres frente às questões socioambientais, pois possuem contribuições ao atuarem como “fortalecedoras da resistência das suas comunidades” e usar o ecofeminismo como apoio à prática da sustentabilidade (Silva & Melo, 2020, p.134).

Dado a relevância da atuação feminina para a sustentabilidade, o questionamento desta pesquisa é: Como o conjunto de práticas e conhecimentos de lideranças femininas na Amazônia se relacionam aos ODS? Em razão do pouco destaque dado na literatura e nas reuniões institucionais globais, bem como na carência nacional desse enfoque na área de ciências sociais, a respeito das contribuições da atuação feminina para a causa ambiental, foi dissertado sobre o conjunto de práticas sustentáveis da liderança feminina para a sustentabilidade através da lente do ecofeminismo.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a prática e o discurso de lideranças femininas atuantes na Amazônia e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Especificamente buscou-se: descrever as principais práticas e perspectivas ecofeministas nas causas; e evidenciar de que forma as ações desempenhadas pelas mulheres cooperaram para a consecução da Agenda 2030.

Foi feita uma análise sistêmica para compreender como as práticas da liderança feminina têm se relacionado ao desenvolvimento sustentável, aos estudos sociais no espaço das organizações, na academia e sociedade. Para inter-relacionar gênero e sustentabilidade e atender à pergunta inicial desta pesquisa, assim como aos objetivos do presente estudo, foi preciso

analisar os ODS com as práticas nas quais as mulheres são as protagonistas, percurso de suma importância para as ciências sociais, para complementar o histórico da sustentabilidade e trazer às discussões das conferências mundiais as práticas de envolvimento com a Terra.

Este trabalho evidencia como a atuação da liderança feminina na região Amazônica desempenha ações fundamentais que interseccionam a natureza, a dignidade humana, a igualdade de gênero, o meio social e o econômico, seja na área de negócios, na política, nas comunidades, na educação, nas empresas e nas instituições. Como exemplo, são citadas mulheres que atuam na comunidade Careiro da Várzea, no extrativismo e pequena agricultura, oficinas de ecoabsorventes, dentre outras, contribuindo assim, com os ODSs.

Essas práticas estão de acordo com alguns dos ODSs, como o 3^a objetivo, ao gerar maior saúde e bem-estar para a sociedade; o 5^a objetivo, ao garantir oportunidades e igualdade de gênero, bem como promover o empoderamento feminino; o 8^a objetivo, ao recriar ocupações onde as mulheres estejam desempregadas ou com pouca renda e promover maior empregabilidade digna, estimulando assim a economia; o 12^a objetivo, ao estimular o ciclo de uma produção e consumo responsáveis, reduzir a produção de lixos e plásticos acumulados e criar comunidades mais sustentáveis.

A presente pesquisa está organizada nas seções seguintes que se dividirão em duas: “Desenvolvimento Sustentável” e “Ecofeminismo” onde descreverão os conceitos dos fenômenos analisados, a inter-relação entre gênero e meio ambiente, como também a contribuição do movimento que intersecciona ecologia e feminismo ao desenvolvimento sustentável, seguida da Metodologia, Discussão de Resultados divididos em “Categoria 1- Perspectivas sob a lente do ecofeminismo” e “Categoria 2- Práticas que cooperam para a Agenda 2030”, por fim as Considerações Finais.

Referencial teórico

Desenvolvimento sustentável

A partir do século 20, percebe-se uma preocupação com os efeitos da degradação ambiental, localizadas em áreas específicas, e iniciativas para criar instrumentos de curto e médio prazo (ação corretiva), que explicassem as possíveis causas dos diferentes níveis de crescimento econômico entre países e regiões, o que ficou conhecido como Teoria Econômica do Desenvolvimento (Barbieri, 2020). Através dessa teoria ficou evidente as disparidades econômicas e sociais que as populações enfrentavam à época, principalmente os países que forneciam recursos econômicos às colônias.

A Primeira Década do Desenvolvimento Sustentável (1960-1970) visou reunir esforços, estratégias e políticas para reduzir a pobreza, o desemprego e o subemprego, as taxas de mortalidade infantil, as doenças, dentre outros impactos sociais negativos que afetaram os países subdesenvolvidos

(Barbieri, 2020). Conforme Barbieri (2020), em 1963 foi criado o Instituto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (Unrisd) e em 1965, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Ainda segundo o autor, estabeleceu-se uma base para que os problemas enfrentados em níveis locais fossem discutidos entre os diversos países a fim de solucionar as problemáticas em comum, como na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972) e I Conferência Mundial sobre o Clima (1979), devido a emergência climática, e a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983).

Durante essa construção da ideia do desenvolvimento, foi ampliada a discussão em torno do crescimento econômico, migrando para outras áreas como a biologia, a gestão pública e empresarial, a ciência política, a sociologia, as ciências da terra, etc (Barbieri, 2020). A partir de então, o desenvolvimento começou a ser um esforço em comum para que os países, as lideranças e os órgãos mundiais visassem construir princípios, diretrizes e políticas para estabelecimento de desenvolvimento econômico, social e ambiental em nível mundial e, assim, solucionasse o problema dos desníveis entre países e regiões.

Como instrumentos, pode-se citar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep) em 1972, o Programa Internacional de Educação Ambiental (Piea) de 1975, as Estratégias de Conservação Mundial de 1980, o documento Cuidando do Planeta Terra de 1991, a publicação do relatório Nosso Futuro Comum (1987) e a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Ipcc) de 1988, como também pesquisas científicas que atestam causas e efeitos do aquecimento global, por exemplo.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi visto pela primeira vez no documento Estratégia de Conservação Mundial ou *World Conservation Strategy* em 1980, dando o sinônimo de conservação ao desenvolvimento e atribuído o sentido de atender as necessidades e melhorar a qualidade de vidas humanas através da modificação da natureza e de seus componentes (Barbieri, 2020).

Conforme o Nosso Futuro Comum (1991), o Desenvolvimento Sustentável se refere ao equilíbrio entre o desenvolvimento humano, econômico e ambiental, definido como a capacidade de “atender as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de atenderem suas necessidades”. Conforme o documento, é preciso desenvolver níveis de oportunidades para alcançar melhorias de vida e maior distribuição de recursos, principalmente em países emergentes, assim como alerta sobre o uso do progresso tecnológico para solução de alguns problemas, enquanto surgem outros ainda maiores.

A partir dos anos 2000, líderes mundiais assinaram a Declaração do Milênio da ONU contendo os principais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na sede da Organização das Nações Unidas, para erradicação da pobreza no mundo, alcance da igualdade de gênero, garantir a sustentabilidade ambiental, ensino básico universal, redução da mortalidade infantil, combate às doenças transmissíveis, melhoria da saúde materna e estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

Com isso, foi possível firmar o acordo das negociações entre os países em setembro de 2015, com a definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas inter-relacionadas, para orientar as políticas públicas e a cooperação internacional na implementação da Agenda 2030 (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2022).

No entanto, conforme Souza (2019), o papel que os países desenvolvidos possuem, de compensar os efeitos danosos advindos do colonialismo e imperialismo aos países em desenvolvimento, têm resultado mais em desacordos institucionais devido à ausência de um regime que assegure maior cooperação para o alcance dos ODSs e consecução da agenda 2030. Portanto, para o autor, para que os países, órgãos e lideranças mundiais entrem em consenso para atingir os ODSs e garantir a consecução da Agenda 2030, é preciso se adequar a um regime de desenvolvimento mundial.

Roso e Espindola (2021) alertam que a sustentabilidade precisa ser aplicada e compreendida além de um conceito vazio, para não cair na mera falsa propaganda. Ao analisar o discurso de sustentabilidade corporativa, Irving e Herlin (2018) identificam que há um dualismo intrínseco em todos os percursos, reforçando a dominação e relação hierárquica entre o homem e a natureza. Ainda conforme as autoras, a dualidade pode ser definida como “[...]um sistema de categorização de dominação profundamente enraizado e progressivo nas relações hierárquicas, que molda os discursos corporativos e organizacionais e que alteram as identidades sociais e políticas” (Irving & Herlin, 2018, p. 266).

O discurso e a elaboração de políticas ambientais, na governança ambiental atual, estão permeados de valores contrários ao ecofeminismo, assim o desenvolvimento sustentável carrega valores masculinos que beiram ao antropoceno, ao dualismo e à tecnocracia (Dalal, 2019; Irving & Helin, 2018; Foster, 2021). Para Foster (2021), o discurso do desenvolvimento sustentável na Conferência de 1992 atendia às demandas sobre igualdade de gênero e empoderamento feminino, já para Irving e Helin (2018), o discurso do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável no relatório Visão 2050, trouxe características dualísticas que reforçam a hierarquia e opressão de gênero.

Irving e Helin (2018), assim como Foster (2021), estão de acordo quando afirmam que as soluções relacionadas às mazelas ambientais foram deixadas para o conhecimento e técnicas da administração e da tecnologia. Portanto, as autoras observaram que esses discursos presentes em relatórios corporativos podem simplificar ou reduzir a problemática socioambiental ao fator econômico, sem propor políticas que mitiguem a desigualdade de gênero e impactos ambientais, objetivos do desenvolvimento sustentável.

Ao contrário, colocam, no centro, o sistema econômico ao conceber a natureza por valores de recursos atrelados ao uso instrumentalista humano, e à masculinidade ao ditarem o empoderamento feminino dentro dos parâmetros de produtividade pública e desejos masculinos (Irving & Herlin, 2018).

Conforme apontam Roso e Espindola (2021), o novo paradigma da sustentabilidade deve nortear o desenvolvimento como princípio em âmbito jurídico e constitucional, como também como valoração social, para não isolar e dividir as dimensões, e sim visualizá-las como interligadas uma à

outra, contribuindo para a solução da crise ambiental e opressão de gênero, sendo necessário investigar ambas as dimensões as vendo como fatores interdimensionais.

Portanto, ir além da atividade econômica requer um plano visionário, onde um dos primeiros questionamentos essenciais do ecofeminismo, “[...] a maximização dos lucros capitalistas e uma demanda pela preservação da capacidade reprodutiva e da integridade da natureza” (Littig, 2018, p. 572), pode colocar em xeque a abordagem do desenvolvimento sustentável e trazer novos horizontes como o bem comum, a reavaliação e distribuição do trabalho, como também a saída de um modelo de crescimento econômico às custas da exploração de recursos naturais.

Ecofeminismo

O ecofeminismo refere-se às perspectivas femininas e feministas como uma alternativa à reabilitação do meio ambiente para criar um modo de vida sustentável que visa empoderar as mulheres para preservar o ambiente natural ou os recursos naturais que serão administrados por mulheres na comunidade local, a partir de uma nova disciplina de investigação sobre a interconexão das mulheres e da natureza, juntamente com a teoria e a prática. É um corpo de pensamento que explora as interseções entre as mulheres e a natureza e as formas como elas são oprimidas, como forma de impulsionar a ética ecológica (Dalal, 2019; Foster, 2021; Husein *et al.*, 2021; Irving & Helin, 2018; Odrowaz-Coates, 2021; Pearse, 2017; Rapkin-Citrenbaum, 2020; Silva & Melo, 2020).

Para isso, o ecofeminismo visa romper com a colonialidade, definida por Quijano (2011) como um sistema de dominação impositiva que se baseia na discriminação étnica e racial, que se formaliza na racionalidade instrumental ao ditar o código e a moral social, perpetuando, assim, as relações hierárquicas sociais (Andrade, 2024). A proposta da decolonialidade, de ressignificar os pontos de vistas cheios de teores pejorativos advindos do período colonial e imperialista, ao vislumbrar um horizonte possível, mais dinâmico e diverso, como o exemplo da biodiversidade da Amazônia e dos povos e comunidades tradicionais e propor o biocentrismo crítico (Andrade, 2024; Tavares, 2021).

O termo biocentrismo surgiu através da Ecologia profunda de Arne Naess, dentre outros conceitos e movimentos ecologistas, e refere-se à perspectiva de que a humanidade está inter-relacionada ao meio ambiente, e não acima dela, fazendo parte da natureza e vendo-a com seu valor intrínseco, propondo ontologias e cosmologias já existentes, como os conhecimentos e práticas indígenas (Andrade, 2024).

Para Lamas *et al.*, (2021), o ecofeminismo tem sido uma prática conduzida por mulheres como contraproposta socioeconômica hegemônica ao modo de produção e interação com o meio ambiente, através da luta agroecológica dos camponeses, como também da fé e religião africana, ao trazer o respeito à natureza e às mulheres sob a visão das entidades sagradas que cultuam. Essas práticas protagonizadas por mulheres demonstram a importância dos valores e princípios voltadas à preocupação com impactos e efeitos causados por ações antrópicas sobre a terra.

O desenvolvimento sustentável apresenta uma visão interdisciplinar, ao perceber os efeitos da degradação ambiental e da desigualdade de gênero como inter-relacionadas e analisá-las como um sistema de exploração complexo e de distintas causas. Por outro lado, o ecofeminismo possui como características o holismo e a lente sistêmica, ao romper com o paradigma dual entre bem e mal, masculino e feminino, ciência e natureza, colonizador e colonizado, formando novos valores que possam ser integrados ao todo, não somente as partes (Solón, 2019).

Desse modo, o ecofeminismo se torna imprescindível ao desenvolvimento sustentável como lente crítica teórica, prática e filosófica ao inter-relacionar a problemática que afeta as diversas esferas e integrá-las como um todo em uma análise sistêmica, enveredando pelo caminho de encontrar as mesmas raízes para amplos efeitos.

Liderança feminina e os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

A liderança das mulheres assume um papel primordial nos movimentos sociais ecologistas, à medida que defendem um modo de vida menos prejudicial à terra, são invisibilizadas por se oporem ao movimento colonial Norte-Sul que sustenta um padrão excessivo de consumo e mantém uma relação de dependência e pobreza entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (Layrargues *et al.*, 2020).

O papel das atividades das mulheres nas comunidades tradicionais, como agricultoras, professoras, funcionárias e membras da comunidade São Francisco de Assis no Careiro da Várzea, é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas de várzea, formados por rios, paranás, lagos e igarapés (Tavares, 2021), e cooperar com o 15º objetivo de vida terrestre, ao “Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade”.

Segundo Hora, Nobre e Butto (2021), as atividades extrativistas são características de mulheres das comunidades tradicionais, associadas a populações indígenas, quilombolas, que se beneficiam do artesanato e de atividades de reprodução social. Nesse sentido, as mulheres rurais são coadjuvantes no processo de inovação ao colaborarem com novas práticas e mudanças no meio agrário, assim como no manejo e na gestão de terras (Pina, Báez & Perea, 2020).

Essas atividades, além de prover o sustento das famílias e comunidades, promovem a equidade social dessas mulheres, como também a sustentabilidade local e planetária (Dalal, 2019), ao contribuir com o 12º objetivo do desenvolvimento sustentável de consumo e produção conscientes, ao “Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis” e alavancar o 13º objetivo de ação contra a mudança global do clima, de “Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”.

Lamas *et al.* (2021) se referem ao conjunto dessas práticas como uma “nova forma de desenvolvimento sustentável”, implementado por meio de uma visão holística como a dos camponeses e camponesas, ao incluir a diversidade como forma de organização sociopolítica. Logo, é preciso resgatar a sacralidade da vida para preservar e proteger, por meio de práticas e conhecimentos que possibilitam pleno envolvimento de proteção e sustento com a terra, como demonstrado pelos movimentos agroecologistas e ecofeministas (Dalal, 2019).

Segundo Cardoso e Fernandes (2022), existe uma correlação entre mulheres na liderança e indicadores de ESG (*Environmental, Social and Governance*) nas organizações, que indica haver maior desempenho de sustentabilidade na presença de executivas empresárias, estudo trazendo autenticidade ao contexto brasileiro. Assim, torna-se elementar a intersecção entre sustentabilidade e diversidade de gênero, para o alcance dos ODSs e consecução da Agenda 2030, visto que a avaliação de desempenho de alta performance considera fatores econômicos, de sustentabilidade e impacto social positivo.

No estudo obtido de Cardoso e Fernandes (2022), as líderes de altas performances ESG destacaram uma abordagem proativa e preocupação com toda a cadeia de negócios orientada ao alinhamento estratégico de forma integrada e transversal à sustentabilidade, ao passo que as com menor índice ESG, para uma abordagem reativa baseada na pressão de mercado e riscos. Conforme o estudo, os fatores elementares de maior performance ESG, segundo a liderança feminina, são definidos como atenção às normas, políticas e controles, assim como alinhamento aos valores pessoais.

As mulheres em posição de liderança tendem a valorizar e reconhecer o cuidado e a maternidade, por exemplo, dentre outros papéis que possuem, ao preocuparem-se com o futuro que almejam para seus descendentes e comunidades, esses atributos indicam maior desempenho ESG nas organizações e melhor administração de riscos, contribuindo para alavancar os objetivos de desenvolvimento sustentável que estão de acordo com seus valores pessoais e éticos, além de propiciar benefícios sociais que perpassam a esfera econômica (Cardoso & Fernandes, 2022).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2015), a igualdade de gênero visa que as mulheres possam ter direitos iguais aos recursos econômicos, acesso e controle às diversas fontes de propriedade, aos recursos naturais, serviços financeiros e herança, de acordo com as leis nacionais.

Cabe destacar que a valorização e o reconhecimento do labor das atividades realizadas pelas mulheres de comunidades tradicionais são essenciais para a efetivação dos Direitos Humanos e alcance dos ODSs, principalmente com o 5^a objetivo, ao “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” ao interseccionar o meio ambiente, a igualdade de gênero, os direitos civis, culturais, sociopolíticos e econômicos, vislumbrados como uma alternativa aos processos de produção/consumo capitalista e às distintas formas de opressões (Tavares, 2021).

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois permite realizar uma análise sistemática, assim como abre espaço para a abstração e críticas construtivas durante o trabalho. Esta metodologia, além de criar teorias, possibilita basear a teoria em dados e compreender entendimentos novos e/ou expressos a partir da sensibilidade das palavras e ações dos sujeitos informantes (Strauss & Corbin, 2008). Nesse sentido, contribui ao campo teórico da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e do ecofeminismo ao analisar os discursos das participantes da entrevista e de que maneira influenciam os ODSs e a consecução da Agenda 2030.

De acordo com Sampieri *et al.* (2013), trata-se de uma pesquisa exploratória ao indagar a partir de um novo ponto de vista, explorar problemas pouco abordados, auxiliar no processo de construção de conceitos promissores e estimular estudos futuros. Este trabalho parte do ponto de vista da lente teórica do ecofeminismo e do desenvolvimento sustentável, para trazer à problemática teórica da invisibilidade da atuação da liderança feminina diante o desequilíbrio ambiental, complementando a Agenda 2030 e o marco institucional global ao dar visibilidade a essas perspectivas e participação na implementação e alcance dos ODSs.

Além disso, a presente pesquisa se caracteriza como descritiva, pois considera fenômenos e seus componentes, mede conceitos e define variáveis (Sampieri *et al.*, 2013). Ainda conforme os autores, a análise descritiva permite interpretar dados abstratos e desenvolver teoria a partir de fatos e acontecimentos do comum ao extraordinário, evidenciando o quê, como, porquê, quando e onde ocorrem. Tal análise torna-se a base do ordenamento conceitual nas ciências sociais, na qual a pesquisadora organiza os dados em categorias e/ou classificação de acordo com as propriedades e dimensões, para então evidenciar a descrição dos dados (Strauss & Corbin, 2008).

Dado que o objetivo deste estudo foi analisar como as práticas das lideranças femininas da Amazônia se relacionam ao desenvolvimento sustentável, se utilizaram de pesquisa descritiva estruturada para obter um ordenamento conceitual junto à Teoria Fundamentada nos Dados para trazer as perspectivas e ações das agentes que foram retratadas. Partindo da perspectiva do ecofeminismo, pretendeu-se chegar ao cerne da questão: Como o conjunto de práticas e conhecimentos das lideranças femininas se relacionam ao desenvolvimento sustentável?

A análise das práticas implica o conjunto de comportamentos e atitudes dos atores sociais locais culminando em uma prática social (Whittington, 2006). A Estratégia Como Prática (ECP), na área de estudos sociais, vai além da esfera econômica, servindo de parâmetro para influenciar a efetividade do desempenho das atividades (práticas) executadas (práxis) pelos praticantes nas organizações, que conduzem o grupo de maneira estratégica (Luiz Filho, 2023).

Nesse íterim, justifica-se a análise do conjunto de práticas (atividades, comportamentos e atitudes) do grupo de praticantes locais, mulheres líderes que atuam estrategicamente envolvidas com a sustentabilidade e concomitantemente promovendo o alcance dos ODSs através das suas práxis.

Para a coleta de dados, foi organizado, em tabela simples do Word, uma lista que atendesse aos seguintes critérios: 1. ser mulher protagonista ou liderança feminina no ativismo ambiental, e 2. Atuação direta ou indiretamente envolvendo a Amazônia. A partir do perfil traçado das pré-selecionadas, obteve-se uma lista composta por dez nomes de lideranças. Foi enviado, por e-mail e redes sociais das selecionadas, o convite para participar da entrevista. Somente duas interessadas deram retorno positivo.

Foi aplicada entrevista semiestruturada de forma remota, pois a maioria das participantes estava em outros estados e/ou regiões, por *google meet*, levando em média entre 1h e 1h30 de duração cada. As entrevistas foram gravadas por áudio, conforme autorização prévia, e elencadas seguindo a ordem de entrevistadas A, B, C, e assim por diante, com cerca de oito áudios para transcrição e posterior análise. Cada áudio foi transcrito em um documento word nomeado conforme o acrônimo das participantes.

A partir de então, as primeiras entrevistadas indicaram, por meio da rede pessoal de contatos, outras mulheres que atendessem ao perfil indicado, e ajudaram a obter um total de oito participantes na pesquisa. A pesquisa qualitativa permite um número reduzido de amostra devido a coleta de dados deste estudo por meio de entrevista, apresentar características pouco estruturadas, ao passo que as respostas são complexas, inter-relacionadas e, muitas vezes, resultam em mais de uma resposta, ao acrescentar observações e resultados que colaboram com o presente estudo.

A coleta foi encerrada quando se atingiu o ponto de saturação (Vinuto, 2014), com as narrativas das participantes demonstrando serem semelhantes, por fazerem parte da mesma rede de contatos, tornando-se repetitivas ou redundantes. Constatou-se o ponto de saturação pelos seguintes fatores: não surgiu nova informação, categoria ou tema de forma que a teoria e os conceitos como desenvolvimento sustentável, ecofeminismo e liderança feminina possam ser bem desenvolvidos. Os conceitos e suas inter-relações foram verificados e comparados, levando a teoria, de qual a contribuição das práticas das lideranças femininas atuantes na Amazônia aos ODSs, não sendo mais hipótese.

Nas análises metodológicas a respeito do ponto de saturação, em geral, percebe-se uma amostra de 8-15 entrevistas realizadas na coleta de dados, revelando um não consenso acerca da dimensionalidade da amostra (Ribeiro *et al.*, 2018). Portanto, a qualidade e a consistência dos dados não é exclusividade do quantitativo ou número de participantes de uma coleta, devendo ser parâmetro e indicador na amostra a redundância ou repetição das respostas obtidas determinada na fase posterior às coletas.

A análise dos dados foi baseada na *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada nos Dados, formulada por Glaser e Strauss, que consiste na codificação dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo ou empírica, para abstrair e formular constructos teóricos válidos no estudo qualitativo (Cassiani, Caliri & Pelá, 1996). Este trabalho teorizou e discutiu os resultados, a partir de duas categorias: Categoria 1: Perspectivas sob a lente do ecofeminismo, e Categoria 2: Práticas que cooperam para a consecução da Agenda 2030.

Iniciou-se a análise dos dados de maneira dedutiva, realizando a codificação linha por linha (codificação aberta) da fala das entrevistadas e segmentando parágrafos, frases e pequenos recortes do texto em unidades de análises, exprimindo em uma palavra ou sentença a representação do processo como “Práticas das entrevistas”, “Conceitos e Perspectivas das participantes” ou “Contribuições aos Objetivos do desenvolvimento sustentável”.

Na última etapa, realizou-se a codificação seletiva, desenvolvendo um paradigma de análise a partir do conjunto de conceitos, perspectivas e práticas, segundo as mulheres participantes da presente pesquisa, que levam à contribuição dos ODSs, evento central do estudo, o qual faz parte um grupo particular de condições (contexto), e as estratégias tomadas com base no fenômeno estudado (condições intervenientes), que levam às estratégias de ações para responder ao fenômeno descrito.

Na triangulação foram cruzados dados a partir do levantamento e revisão da literatura realizada, assim como a coleta de dados por meio de entrevistas e relatórios, ao elencar pontos convergentes, complementares ou divergentes entre si, como os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e perspectivas ecofeministas, presente na fala das participantes e comparadas à literatura descrita, conforme resultados evidenciados na seção de análise e discussão. Um exemplo mencionado na análise de resultados é o conceito de “empate” presente no 3º pará. da seção 4.1, dentre outros evidenciados.

As participantes desta pesquisa são mulheres protagonistas ou se destacam como liderança no ativismo ambiental, atuando direta ou indiretamente pela Amazônia, são coordenadoras de comitês, fundadoras de instituto, lideranças jovens, que usam de estratégias como educação ambiental, formação de lideranças, realização de oficinas, para defender territórios e populações ou mesmo reduzir os impactos da degradação ambiental localmente. Foram selecionadas pois interseccionam gênero e meio ambiente, relação imprescindível no presente estudo.

Em respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, utilizou-se acrônimos como “Entrevistada A”, “Entrevistada B”, “Entrevistada C” e assim por diante, em substituição ao nome das participantes. Para melhor elucidar o perfil das entrevistadas, foi construído um quadro simples com a Formação e Atuação, posto a seguir:

Quadro 1. Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Formação	Atuação
A	Assistente social, especialista em Saúde Coletiva, mestranda em Educação (Ppge/Ufam) e cofundadora do Instituto Feminismos na Amazônia.	Promove oficinas de costura para produção de absorventes sustentáveis através do Instituto Feminismos na Amazônia.
B	Coordenadora do Comitê Chico Mendes, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e Ativista Ambiental, filha do seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes.	Lidera um movimento nacional em defesa dos povos tradicionais e do meio ambiente no Brasil.
C	Ativista ambiental, feminista, técnica agrícola, estudante de Sociologia, Defensora de direitos humanos. Comunicadora no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Brasileia, Secretária de Formação da CUT, voluntária no Comitê Chico Mendes e coordenadora do coletivo Varadouro.	Atua como comunicadora em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, coordena e participa de projetos sobre gestão de terras e sustentabilidade.
D	Jovem extrativista, nascida na Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre, atua estrategicamente em Brasília acompanhando projetos de leis, comunicadora do Conselho Nacional das Populações Extrativista (CNS).	Atua como comunicadora do Conselho Nacional das Populações Extrativista (CNS) e é destaque como jovem liderança pelo Comitê Chico Mendes.
E	Mestra em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Cartografia Social e Política da Amazônia na Uema, 2016. Especialista em Gestão Pública e Gestão Estratégica. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2013).	Diretora Regional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS do Estado do Maranhão, Conselheira de Meio Ambiente de Penalva, Assessora do Projeto Nices e Dijés 2022: Mulheres Negras em defesa da floresta e da vida. Atuou como Secretária Municipal de Meio Ambiente, como Secretária de Igualdade Racial e Secretária de Administração de Penalva, Maranhão.
F	Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável/Ineaf- Ufpa. Licenciada e Bacharelada em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (Ufpa), campus Universitário de Altamira-PA.	Secretária Nacional de Articulação Política de Juventudes Extrativistas pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), atuou como coordenadora estadual do Programa Cisternas (Projeto Sanear Amazônia), também desenvolveu funções técnicas referente ao Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), foi coordenadora técnica do Projeto Castanheira: Práticas de Governança Territorial e Uso Sustentável nas Unidades de Conservação Flota do Paru e entorno da ESEC do Jari, coordenou o Projeto Inova-Sociobiodiversidade nos municípios de Oeiras do Pará (Resex Arioca Pruanã) Currálinho (PAE Ilha São João I) Gurupá (PAE Ilha do Gurupá).
G	Secretária de Direitos Humanos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).	Atua na Secretaria de Direitos Humanos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e como coordenadora regional do Estado do Amazonas no CNS.
H	Nortista, professora de história, poetisa e acadêmica de bacharelado em Direito pela Ufac.	Atuou nos Sindicatos e como membra do Comitê Chico Mendes

Apresentação e análise dos dados

Nesta sessão, serão apresentadas as análises que descrevem “Perspectivas sob a lente do ecofeminismo (Categoria 1)”, e em seguida, evidenciar de que forma as práticas desempenhadas pelas mulheres cooperaram para a consecução da Agenda 2030 (Categoria 2). Na Categoria 1 será discorrido sobre as perspectivas, os princípios e valores que fundamentam esse sistema intergeracional de conhecimentos, conforme a literatura, assim como os principais problemas da Amazônia, onde atuam as participantes, e as soluções que apresentam para os respectivos impasses. Na Categoria 2, será discutido como os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)” estão de acordo com o discurso e a prática das lideranças femininas.

Categoria 1 - Perspectivas sob a lente do ecofeminismo

Nesta categoria será discutido sobre o conjunto de práticas que mais contribuem com a sustentabilidade, por meio do ativismo ambiental e literatura debatida, ao apontar ações que norteiam boas práticas de gestão, cuidado e envolvimento com a terra para beneficiar a sociedade, o meio ambiente e a economia.

Na perspectiva da Entrevistada A, sustentabilidade é:

(...) adequar os meios aos fins de forma equilibrada, não existe sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade econômica, sem que as mulheres consigam comer, se vestir e ter moradia. Não faço uma distinção entre sustentabilidades, pois só é possível existir sustentabilidade ambiental se existe a sustentabilidade ecológica (Entrevistada A).

A visão sobre uma sustentabilidade equilibrada, integrada e não dividida, aliada com fatores socioeconômicos, comentada pela Entrevistada A, vem corroborar à conceituação de Roso e Espindola (2021), a qual a sustentabilidade deve nortear o desenvolvimento como princípio e valoração social, para não isolar e dividir as dimensões, e sim visualizá-las como interligadas uma à outra.

De forma complementar, a Entrevistada C define que “a sustentabilidade é retirar os recursos sem precisar degradar, de forma que permita a conservação e reutilização do território”, destaca também a relevância e a preocupação com as gerações futuras ao afirmar que “(...) é a única saída para a atual situação em que nos encontramos. (...) garantir que haja sustentabilidade junto às comunidades é essencial para preservar um futuro para as próximas gerações”. Para a entrevistada H, “(...) o papel das tecnologias e da ciência é auxiliar para desenvolver sem destruir”.

A preocupação com as futuras gerações e a necessidade de garantir melhor qualidade de vida, é um princípio fundamental na definição de desenvolvimento sustentável na carta Nosso Futuro Comum (1991). A Entrevistada F completa que a sustentabilidade é a “(...) garantia da floresta a longo prazo, uma alternativa da sociobiodiversidade integrada à economia do bem viver.” ressaltando a importância do bem viver, o que corrobora com

alternativas sistêmicas que cita Gudynas (2020). A entrevistada complementa: “(...) mas do ponto de vista das florestas e comunidades, é um princípio e uma prática de vida, mas pelo capitalismo, pode ser fictícia”.

Um dos princípios e valores sustentáveis apontados pelas participantes desta pesquisa são valores de integridade à natureza, como aponta a Entrevistada A: “O princípio do pensamento de pertencer à natureza e de que a gente não é uma coisa diferente, pode estimular uma relação mútua e dialética entre a natureza e o homem”. O senso de integridade e de relação mútua, na literatura é conhecido como saber e/ou visão sistêmica (Solón, 2019), ao propiciar um senso de pertencimento ao meio ambiente, como evidenciado pela participante.

Segundo Irving e Helin (2018), o dualismo intrínseco reforça o uso instrumentista do ser humano sobre o meio ambiente, e que superar essa visão pode romper com essa dicotomia entre a divisão homem e natureza, o que está de acordo com o que afirmou a Entrevistada A, ao ressaltar a importância do princípio de integridade com a natureza.

Outra perspectiva que pode nortear princípios e valores sustentáveis, conforme afirma a Entrevistada C, é “[...]o respeito e a consciência com a floresta, de saber o que ela nos dá, e dar o retorno cuidando dela. Saber que a água, os rios, o ar, tudo tem vida, a dignidade humana, respeitar os saberes e as mulheres que fazem a economia girar”. Essa visão em que tudo possui vida e valor intrínseco, independente se utilitário ou não, está de acordo com o que Eduardo Gudynas (2020) chama de ética biocêntrica.

Ao promover uma cultura do cuidado e bem-estar, o ecofeminismo integra a sociedade e o meio ambiente (Beltran, 2017; Dalal, 2019; Tavares, 2021), como explicitou a Entrevistada C ao ressaltar a importância e consciência com a natureza e as mulheres que fazem a economia girar, que converge com Lamas *et al.* (2021) sobre a importância de práticas voltadas para a preservação e conservação ambiental conduzida por mulheres como contraproposta socioeconômica, ao verem inter-relacionadas o modo de produção e reprodução, causando impacto nas atividades do seu cotidiano.

Segundo Dalal (2019), o ecofeminismo ‘espiritual’ ou político enfatiza que todas as formas de vida nesta terra são sagradas e precisam ser respeitadas, o que diz respeito ao que a Entrevistada C apontou.

Em relação ao papel da ciência e da tecnologia para a solução das mazelas ambientais, a Entrevistada A afirmou que “A ciência e a tecnologia têm um papel fundamental para frear a degradação ambiental, mas é preciso pensar qual a ciência está sendo produzida”, ao questionar o que é ciência e como está sendo produzida, converge com Rapkin-Citrenbaum (2020), ao afirmar que o ecofeminismo é uma ferramenta, parte da Ecologia Política Feminista, com característica de análise crítica, com profundos questionamentos e com grandes probabilidades de apontar novos caminhos ao se desvencilhar do que já foi dado ou tido como certo.

Em seguida, complementa, ao trazer uma nova perspectiva: “(...) a ciência milenar produz uma outra relação com a natureza, pautada nas epistemologias indígenas e amazônicas, que são epistemologias que estão sendo construídas com grande relevância para reduzir o impacto da ação humana no meio ambiente”. A Entrevistada A mencionou a importância

de questionar que ciência está sendo produzida, para direcionar valores de potenciais produções desenvolvidas em espaços locais, ao citar epistemologias indígenas e amazônicas.

Em seguida, ela aponta um novo horizonte da epistemologia, que segundo ela é “(...) pensar a ciência, os métodos, as ferramentas metodológicas e teóricas a partir do lugar em que se produz”, por isso, a participante destacou a relevância das epistemologias indígenas e amazônicas, situadas na região de sua origem, pois criam uma relação entre a interação humana e ambiental. De forma complementar, a Entrevistada A ressalta que a epistemologia feminista é “(...) saber que todo saber é localizado, compreendê-lo sem tutelar, sem defini-lo”. Portanto, as Entrevistadas A e D, afirmam que é preciso promover a valorização dos conhecimentos e práticas locais existentes, como justificam:

O pensamento amazônico é esse pensamento contra a cultura, pois existem antropólogos e cientistas daqui que já formulam sobre a cosmopolítica indígena, sobre esses novos epistemes que vem surgindo. Privilegiar esses conhecimentos tradicionais de cura, como, por exemplo, uma andiroba ou qualquer outra matéria-prima que venha da natureza e que também tenha um impacto na saúde muito grande, pensada em uma lógica da medicina indígena. (...) essa é a ciência que a gente precisa olhar e não que a gente vai ignorar toda produção científica da Europa ou do eixo sul e sudeste daqui do Brasil, mas que a gente já produz muito e pode impactar, de forma relevante, a nossa relação com o meio ambiente (Entrevistada A).

Nós não podemos perder de vista os conhecimentos intergeracionais que aprendemos com os mais velhos e com a liderança, que são os remédios naturais para curar as doenças que chamamos de farmácia viva, de cultivar uma relação ancestral com a natureza, pois é dentro das florestas que acreditamos que há cura para várias doenças, mas muitas espécies desconhecidas são desmatadas por isso perdemos esse conhecimento (Entrevistada D).

A Entrevistada E converge na seguinte fala: “(...) poluindo a gente está acabando com culturas de descobertas porque tem plantas e animais com potenciais muito importantes para pesquisa científica, a cura de uma doença bem difícil, (...) mas com esse desmatamento a gente vai estar acabando com essas possibilidades”. E conclui: “(...) a gente poderia se basear muito neles (indígenas), que estão aqui há muito mais tempo do que a gente. E se eles conseguiram lidar com isso de uma forma que não agredisse o meio ambiente, então a gente devia se inspirar neles para ter essa mudança de verdade”.

Ao centralizar a ciência e os métodos produzidos nas florestas e na Amazônia, como saberes e conhecimentos já existentes, pautados na episteme e cosmopolítica indígena, no cuidado da saúde, vendo as florestas como ‘farmácia viva’ e a preservação das florestas como essencial para produção de conhecimentos e manutenção da sociobiodiversidade, as entrevistadas A, D e E resgatam algumas práticas e conhecimentos tradicionais, tais como a medicina e o sistema de conhecimento indígena, as práticas agrícolas, o que corrobora com os autores Dalal (2019) Rapkin-Citrenbaum (2020) a respeito dos conhecimentos e das práticas intergeracionais entre as mulheres, usados para enfrentar as mudanças climáticas.

Quanto a arte, o ativismo ambiental e as práticas tradicionais, conjunto de práticas ligados à espiritualidade na literatura do ecofeminismo espiritual

ou radical (Foster, 2021), a entrevistada D afirmou que “(...) a arte, a cultura e as práticas tradicionais como a dos indígenas possuem o papel de sensibilização[...]” ao passo que a Entrevistada C acredita ser possível ‘curar’ o mundo e levar à conscientização, ao relacionar a arte e o ativismo à defesa do meio ambiente: “(...) a revolução também se faz com arte, se faz com cultura, com festa. (...) A gente usa várias ferramentas para ter a resposta que esperamos, como solução”. A Entrevistada C define que:

A arte, o ativismo ambiental ou mesmo o ‘ativismo’ é quando você usa a arte para defender o meio ambiente e que pode contribuir não só com a sustentabilidade, mas com a cura do mundo, pois faz parte da nossa espiritualidade. As oficinas são muito focadas nisso, e mexe muito com as crianças, com a juventude, é uma forma eficaz de conscientizar. A arte é cultura, inclusive é o que salva as pessoas de enlouquecerem inclusive nas guerras (Entrevistada C).

A visão da Entrevistada C retrata a relevância da arte e da cultura como meio de conscientização e estímulos a mudanças comportamentais e espirituais, ao citar a cura do mundo e resgatar a prática da arte e ativismo, ao envolver jovens e crianças no estímulo à conscientização do meio ambiente, ressaltando a relevância da espiritualidade, como sentimento de significado e sentido à vida.

Segundo Foster (2021), o ecofeminismo de afinidade protagonizou um movimento com uso de arte, ativismo, poesia e magia, descartado pelas abordagens tecnocientíficas por desconsiderar essa forma de interação ao gerenciar política de adaptação e mitigação frente às mudanças climáticas, característica da era do antropoceno, enfatizado na Rio +20, ao contrário do viés que ressaltou a participação de mulheres na Eco-92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A Entrevistada C afirma que a arte e a cultura fazem parte da solução e conscientização ambiental, que aliadas às tecnologias, representam um meio essencial de como informar à sociedade sobre a problemática. É nítido que a proposta das Entrevistadas C e B, a respeito de uma nova ética pensada na cultura e na espiritualidade, é uma contraproposta ambiciosa à racionalidade e ao tecnocentrismo.

Foster (2021) explicou a ênfase dessa nova abordagem com características da arte criativa, da não-violência, da afirmação da vida, rumo à mudança política que, por vezes, aparenta ser utópica. Quanto a essas práticas, a Entrevistada G respondeu que “(...) as práticas culturais devem ser mantidas, pois não destroem, elas mantêm as florestas, a Amazônia. Mas tudo mudou e é preciso incentivar essas práticas culturais a serem mantidas pois colaboram com os territórios”.

Em relação aos principais problemas de degradação ambiental enfrentados na Amazônia, de acordo com a Entrevistada A, para analisar a relação entre gênero e meio ambiente, é preciso considerar as condições socioeconômicas que afetam a produção e o consumo, e, conseqüentemente, o impacto gerado dessa relação. Conforme explica:

Segundo a Unicef, a mulher em seu período fértil produz cerca de dez mil toneladas de absorventes e isso é um lixo produzido. Então, se a gente tem uma alternativa de um absorvente ecológico a gente reduz esse lixo, mas tem a questão também do acesso. Essa mulher que está em situação de pobreza menstrual, ela nem tem condições

de produzir lixo porque ela não consome isso. A gente parte muito desse pressuposto de que não existe sustentabilidade ecológica sem sustentabilidade econômica, social e política (Entrevistada A).

A entrevistada A converge com Roso e Espindola (2021), ao apontar uma abordagem multidimensional dos problemas, já que o novo paradigma da sustentabilidade considera a importância das dimensões que são indivisíveis para a solução da crise ambiental e opressão de gênero, sendo necessário investigar as extensões, vendo-as como fatores interdimensionais. Para a Entrevistada D: “(...) os incêndios florestais, as enchentes, deslizamento de terras, têm se intensificado e afetam diretamente a produção da castanha, da seringa, da produção do açaí devido aos efeitos das mudanças climáticas”.

Por sua vez, a Entrevistada E menciona “(...) a desvalorização dos produtos naturais obtidos do extrativismo e dos agricultores, que a principal fonte de renda é a agricultura na comunidade”, em seguida, sugere que “(...) é preciso estimular a valorização dos produtos naturais, as políticas públicas para que possa ser evitado de uma forma mais controlada o desmatamento por meio de ações que incentivem essa preservação”.

A Entrevistada F relatou que: “(...) estamos enfrentando emergências climáticas, como a estiagem, as queimadas, o desmatamento, mesmo estando cercados por rios” e apontou algumas soluções para esses impasses como: “(...) a regularização fundiária, de articulação e delimitação de territórios que garantam espaços de pertencimento das nossas comunidades, a aplicabilidade e acesso a políticas públicas de forma transversal”.

A Entrevistada G mencionou a expansão do agronegócio, principalmente na Amazônia, que é intensiva, a mineração e as queimadas, assim com a Entrevistada A, e propõe: “(...) é preciso ter políticas direcionadas para essa garantia de direitos nos territórios, de proteção das florestas e dos rios, para se ter uma vida com dignidade”. Para a Entrevistada H “(...) a falta de amparo governamental e de atendimento dentro das reservas florestais precariza ainda mais esses problemas”.

Outro principal problema ambiental comentado pela Entrevistada B é o consumismo, desencadeado pelo aumento da escala de produção e consumismo advindos desde a Revolução Industrial do século 18 (Barbieri, 2020). Pearse (2017) e Dalal (2019) pontuam que a produção intensiva e consumo excessivo parecem estar relacionados à marginalização de gênero e dentre seus efeitos, pode estar expressa na sub-representação e/ou exclusão feminina no planejamento de políticas, cargos de governança e políticas ambientais.

As Entrevistadas B e D mencionaram as soluções para alguns dos impasses apontados, segundo elas, respectivamente: “(...) unir as nossas lutas, as nossas pautas por um mundo melhor e seguir juntos.” e “(...) usamos a comunicação como forma estratégica para atender às populações extrativistas”. A Entrevistada B ressalta que, trazer a união de valores essenciais para viver em comum, pode contribuir com uma relação mais saudável de produção e consumo, enquanto a Entrevistada D pontua a necessidade do direito de acesso à informação, para a participação em projetos de leis que afetam as comunidades e territórios que representem os interesses das populações extrativistas.

Em seguida, a Entrevistada B aponta para a importância de um modelo de reserva extrativista, ao destacar como a Amazônia e seus territórios possuem características próprias que o difere de outros biomas: “As reservas extrativistas são um modelo de reforma agrária para a Amazônia, pois possui especificidades extremamente importantes para o território das populações que vieram para a Amazônia”. De forma complementar, a Entrevistada C afirma que “[...]a reforma agrária seria necessária para garantir moradia, dignidade para as comunidades, consciência de uma educação ambiental de qualidade e dos seus territórios”.

A Entrevistada D corrobora sobre a importância da biodiversidade dos biomas que se refere as Entrevistadas B e C ao dizer que “(...) preservar a biodiversidade dos nossos biomas é essencial para garantir não só a Amazônia de pé, mas o Cerrado, a Caatinga, o Pampa. Sem esses biomas a Amazônia não existe”.

Sendo assim, as participantes desta pesquisa ressaltaram as perspectivas que aliadas aos princípios e valores, dialogam com a literatura revisada sob a lente do ecofeminismo, permitindo assim uma análise abrangente de conceitos e aplicações relacionadas intrinsecamente a sustentabilidade, epistemologia, ciência, arte e ativismo ambiental, ao examinar fatores interdimensionais que precisam ser investigados ao considerar problemas ambientais.

Categoria 2– Práticas que cooperam para os objetivos da Agenda 2030.

As participantes apontaram diversas práticas que contribuem aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, dentre as principais, as Entrevistadas B e C mencionaram a educação ambiental como necessária para formação de lideranças nas comunidades e conscientização ecológica para chegar às escolas, à sociedade, através das mídias sociais e projetos de reflorestamento na agenda escolar, garantindo o alcance ao 4º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, que diz respeito à educação de qualidade, ao “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

As Entrevistadas A e B alertaram para o excesso de consumo e produção desenfreada, apontando ações de coleta seletiva de lixo, compostagem e reutilização, como o uso e a confecção de ecoabsorventes, contribuindo com o 12º Objetivo de Consumo e Produção Conscientes, ao “Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis”. A realização da compostagem para produção de adubos e outras fontes de energia, alavancam o 13º Objetivo de Ação Contra a Mudança Global do Clima, ao “Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”, pois a redução das toneladas de lixo diminui a produção de gás metano, freando assim o aquecimento global.

Assim, o conjunto de práticas como a reutilização, a coleta seletiva, a compostagem e uso de adubo, estão de acordo com o 12.4ª dos ODS, ao “(...) alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, (...) e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde

humana e o meio ambiente”. Ao gerenciar os resíduos de produtos e/ou consumo, torna-se mais eficiente alcançar um equilíbrio no ciclo de produção-consumo, onde a sociedade, os governos e as prefeituras possam contribuir de maneira mais sustentável.

A promoção e valorização da pequena agricultura e sistema silvipastoril, mencionado pela Entrevistada C, destacam a pequena agricultura como fundamental atividade subsistente de produção que gera uma relação mais sustentável, assim como a Entrevistada D também menciona práticas menos predatórias, como o modo de vida extrativista por se tratar de uma alternativa de produção mais sustentável comparada a escala produtiva de consumo da indústria intensiva, alcançando o 2º Objetivo de Fome Zero e Agricultura Sustentável, ao “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”.

Conforme a Entrevistada C, o sistema pastoril e de silvicultura são práticas menos predatória de relação de produção com a terra, ao permitir que as árvores e florestas continuem de pé, e cooperar com o 15º Objetivo de Vida Terrestre, ao “Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade”.

Conforme o que disse a Entrevistada D sobre o entendimento do extrativista em manter a floresta em pé, saudável e viva, pois sustenta a produção, a sobrevivência de muitos povos que vivem dela, a partir dos produtos da sociobiodiversidade. A Entrevistada E destaca o reflorestamento ambiental, as práticas agrícolas tradicionais sem uso de conservantes.

Quanto a real contribuição das atuações das participantes desta pesquisa para a consecução da Agenda 2030, a Entrevistada A relata que: “Através do Instituto Feminismos na Amazônia, um coletivo que atua com sustentabilidade na confecção de absorvente de tecido com costureiras do meu bairro, onde promovemos projetos, oficinas e palestras sobre dignidade menstrual”.

A atuação da participante no instituto promove a participação de mulheres em vulnerabilidade socioeconômica para atividades como a confecção de absorvente de tecido, ao gerar oportunidade de renda e comercialização dessa atividade, incentivar o consumo consciente e mais sustentável reduzindo lixo descartável, contribuindo assim com o 5º objetivo, ao “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, ao recriar ocupações onde as mulheres estejam desempregadas ou com pouca renda e promover maior empregabilidade digna, estimulando assim a economia, e o 12º objetivo, “(...) ao estimular o ciclo de uma produção e consumo responsáveis, reduzir a produção de lixos e plásticos acumulados e criar comunidades mais sustentáveis”.

As Entrevistadas B, C, G e H atuam como coordenadora, membra e defensoras de direitos humanos, respectivamente, ao defenderem povos historicamente marginalizados que mantêm a floresta de pé, cooperam assim para a consecução do 11º Objetivo de Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao “Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”.

Segundo a Entrevistada B “No comitê Chico Mendes, o objetivo é reverberar e defender os territórios de usos coletivos, sobretudo as reservas extrativistas e a sua população, em defesa direta com as questões ambientais” e a Entrevistada C “Sou Defensora de Direitos Humanos e atuo na defesa dos territórios pela Secretaria de formação da CUT, pelo Sindicato e Reserva Extrativista Chico Mendes”. A Entrevistada G atua na Secretaria de Direitos Humanos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e como coordenadora regional do Estado do Amazonas no CNS, representa e luta pela melhoria da qualidade de vida e garantia dos territórios da população extrativista.

A Entrevistada E atua como Secretária de Administração de Penalva em Maranhão, o que está de acordo com o item 10.2 de reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles ao “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”, ao atuar como Secretária de Igualdade Racial, conforme o objetivo 13 sobre ação contra a mudança global do clima, o item 13.3 visa “Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima”, já que atua como Conselheira de Meio Ambiente de Penalva e Secretária Municipal de Meio Ambiente.

No item 13.b, as Entrevistadas E e F ajudam a “Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas” ao atuarem como Diretora Regional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS do Estado do Maranhão e Secretária Nacional de Articulação Política de Juventudes Extrativistas pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), respectivamente.

A Entrevistada B ressaltou o trabalho agrícola e doméstico de mulheres dentro das comunidades, no auxílio e/ou condução da produção agrícola, citando trabalhos típicos das comunidades extrativistas, como a quebra de castanha e extração do látex, como menciona: “A mulher além de ter que continuar com seus afazeres domésticos, ela teve que dar conta também de suprir a ausência do marido na quebra da castanha ou na extração do látex ou no trabalho que aquele homem estaria fazendo se estivesse em casa”, e complementou seu raciocínio da seguinte forma:

(...) mas como isso não é dito, elas mesmo se organizaram na linha de frente, como monitoras da escola do projeto seringueiro. Esse empate* visava impedir o desmatamento, e o papel das mulheres foi de evitar uma grande tragédia, período muito simbólico na trajetória de lutas ambientais. A partir disso, a mulher começa a ter mais visibilidade. Exemplos de mulheres como Célia Santos que resolve fazer o encontro de trabalhadoras rurais, Lucélia Santos, que é uma grande atriz, e que era muito parceira, Maria Conceição era brava e uma grande liderança também. Mas essas histórias são entremeadas no protagonismo de mulheres e nunca são mencionadas (Entrevistada B).

A participante resgata a trajetória de como as mulheres desta comunidade local protagonizaram o movimento visando o não desmatamento das florestas e a partir dessa atuação, conquistaram visibilidade no movimento

político. Para contextualizar esse período citado pela participante, é preciso entender o que é o empate mencionado, definido pela mesma como “*[...] movimentos de resistência pacíficos que consistiam em convencer ao não desmatamento, aos trabalhadores que estavam lá pra desmatar a não desmatarem”.

Em relação ao alcance desse movimento e de sua relevância, mencionou que “(...) a história conta que eles fizeram cerca de cinquenta empates, obtiveram cerca de cinquenta vitórias e defenderam quase dois milhões de hectares de florestas no Acre”. Por sua vez, a Entrevistada C mencionou que “(...) as mulheres estão cuidando da casa, do roçado, da alimentação, da família e da administração da renda. Há pesquisa que comprova maior produção familiar onde há esposas para dar o suporte em casa, ao produzirem muito mais que as famílias de homens solteiros”.

Segundo Hora *et al.* (2021), cerca de 57% dos estabelecimentos rurais da região norte são presididos por mulheres na agricultura familiar, comparada com as demais regiões, com cerca de 67,6% de produção voltada ao consumo próprio, quanto à comercialização atinge cerca de 32,9% ao passo que os homens alcançam 17,4%, concordando com o que a Entrevistada C mencionou ao comparar a produção de gênero. Dalal (2019) corrobora ao afirmar que “(...) é fundamental trazer a igualdade de gênero, principalmente para trazer as mulheres para esses espaços que ainda não foram ocupados[...]”, o que também ressalta a ONU (2015), sobre a igualdade de gênero.

Esta categoria evidenciou de que forma as ações empenhadas pelas mulheres cooperaram para a consecução da Agenda 2030, alcançando o objetivo do presente trabalho de analisar a prática e o discurso de lideranças femininas atuantes na Amazônia, e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

Conclusões e recomendações

Em relação às principais práticas que mais contribuem com a sustentabilidade, estão a educação ambiental, projeto de escola de reflorestamento e conscientização ambiental, que estão de acordo com o 4º Objetivo de Educação de Qualidade. A agricultura pequena, como fundamental atividade subsistente de produção que gera uma relação mais sustentável, alcançando o 2º Objetivo de Fome Zero e Agricultura Sustentável.

Os sistemas pastoril e de silvicultura, o modelo extrativista e de reforma agrária, o manejo florestal, práticas menos predatórias de relação de produção com a terra, permitindo que as árvores e florestas continuem de pé, e cooperando ao 15º Objetivo de Vida Terrestre. A reutilização, coleta seletiva, compostagem e uso de adubo, contribuindo com o 12º Objetivo de Consumo e Produção Conscientes dos ODSs.

A Educação ambiental é uma ferramenta para conscientização ecológica, que se aliada às habilidades nos meios digitais, pode fomentar práticas de pesquisa florestal, planejamento com grade escolar de qualidade, e formar uma liderança jovem que atue pela sustentabilidade. A importância da

pequena agricultura rotativa está em ser uma das formas menos predatórias de produção e consumo alimentar, pois não precisa desmatar árvores e florestas.

A compostagem de resíduos orgânicos para produção de adubo pode contribuir com a sustentabilidade ao frear a emissão de gás metano, um dos principais poluentes do aquecimento global, alavancando a 13ª meta de ação contra a mudança global do clima. O manejo e a pesquisa florestal contribuem com a 12.4ª meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pois auxiliam na gestão ambiental de resíduos e emissões advindas das atividades humanas que podem gerar um impacto nos solos, nos rios, no ar e na vida de todos os seres que interagem com a biosfera.

Sendo assim, as participantes desta pesquisa ressaltaram as principais práticas e perspectivas que aliadas aos princípios e valores, dialogam com a literatura revisada sob a lente do ecofeminismo, permitindo assim uma análise abrangente de conceitos e aplicações relacionadas intrinsecamente a sustentabilidade, epistemologia, ciência, arte e ativismo ambiental, ao examinar fatores interdimensionais que precisam ser investigados ao considerar problemas ambientais.

Interpretações

O papel da ciência e tecnologia é de levar conscientização para diversas comunidades por meio da educação ambiental e promover a melhoria de vida nas comunidades, ao passo que protege o meio ambiente. Ao centralizar a ciência e os métodos produzidos na Amazônia, como saberes e conhecimentos já existentes, pautados na episteme e cosmopolítica indígena, foi possível resgatar uma das práticas e conhecimentos tradicionais, como a medicina indígena e sua relação com a cura.

A arte e a cultura foram evidenciadas como meio de conscientização e estímulos a mudanças comportamentais e espirituais, ao estimular o envolvimento com o meio ambiente de jovens e crianças, ao contribuir não só com a sustentabilidade, mas também com a espiritualidade, ao estimular o sentimento de significado, pertencimento e sentido à vida, fazendo parte da solução e conscientização ambiental que aliado às tecnologias representam um meio essencial de como informar à sociedade sobre a problemática. Tais práticas, aliada aos princípios e valores como a ética biocêntrica pautada no respeito à natureza, o valor intrínseco à sociobiodiversidade, e a conscientização de integração ao meio ambiente, podem contribuir para a influenciar ações voltadas ao meio ambiente.

Visto que a perspectiva da literatura junto às participantes desta pesquisa dialogam a respeito do patriarcado ambiental e da era do antropocentrismo, ao convergirem que a ciência e as tecnologias não resolvem todas as mazelas ambientais mas possuem o papel essencial de colaborar, se bem direcionada e/ou conduzida, para a redução da degradação ambiental, aliadas às práticas apontadas acima, como a arte, o ativismo e as práticas culturais, para promover o senso de pertencimento, conscientização e espiritualidade, valores intrínsecos aos seres humanos para viver em harmonia com a natureza.

Implicações

Sobre o papel e o protagonismo da mulher nas questões ambientais, pilar central desta pesquisa, o trabalho agrícola e doméstico de mulheres dentro das comunidades, auxilia e/ou conduz a produção agrícola, dada a importância do trabalho doméstico e das atividades produtivas diárias no âmbito da agricultura familiar, citando trabalhos típicos das comunidades extrativistas, como a quebra de castanha e extração do látex. Foi demonstrado a trajetória de como as mulheres de comunidades locais protagonizaram um movimento político visando o não desmatamento das florestas e a partir dessa atuação, a conquista gradual por visibilidade.

O desempenho das lideranças femininas analisadas ajuda a promover a participação de mulheres em vulnerabilidade socioeconômica para atividades como a confecção de absorvente de tecido, ao gerar oportunidade de renda e comercialização dessa atividade, incentivar o consumo consciente e mais sustentável reduzindo lixo descartável, contribuindo assim com os 5ª e 12ª objetivos sustentáveis, ao recriar ocupações onde as mulheres estejam desempregadas ou com pouca renda e promover maior empregabilidade digna, estimulando assim a economia.

Ao defenderem povos historicamente marginalizados, como mulheres e extrativistas, indígenas e populações tradicionais que mantêm a floresta de pé, como defensoras de direitos humanos, cooperam assim para a consecução do 11ª Objetivo Sobre Cidades e Comunidades Sustentáveis. Ao atuarem com membras, coordenadoras e secretárias estaduais e/ou municipais de igualdade racial, ajudam a reduzir desigualdades sociais, atuando de forma estratégica para fomentar políticas públicas que levem acessibilidade, garantia de direitos e implementação às suas comunidades, de acordo com o 13º objetivo da Agenda 2030.

5.3. Limitações e recomendações

Em relação aos principais problemas de degradação ambiental enfrentados na Amazônia, foram relatados respectivamente: pobreza menstrual, racismo ambiental, a mineração regular e irregular, a invasão das terras indígenas, as queimadas, consumismo, chuvas fortes, alagações e secas fora de época, pecuária, caça e pesca predatórias, desmatamento, efeitos climáticos, desvalorização de produtos agrícolas, falta de regularização fundiária, falta de políticas públicas que mitiguem a degradação ambiental, agronegócio intensivo, grilagem de terras.

Por meio da análise de uma das entrevistadas, foi questionado “que ciência está sendo produzida?”, para direcionar valores de potenciais produções desenvolvidas em espaços locais, ao citar epistemologias indígenas e amazônicas. Sendo assim, um estudo empírico sobre essas epistemologias poderia revelar o cerne dessa questão levantada pela entrevistada.

O avanço da internet tem desafiado jovens lideranças a usar os conhecimentos e as habilidades com as mídias sociais para abordar sobre sustentabilidade em defesa dos seus territórios. Uma sugestão de um possível estudo seria como amenizar esses desafios e como a liderança jovem têm atuado local e estrategicamente para alcançar os ODSs, defendendo indiretamente os territórios e contribuindo para o alcance da Agenda 2030.

Nesse sentido, pode-se abrir espaço para novos trabalhos para responder à pergunta de como a arte, o 'ativismo', a cultura e práticas de conscientização ambiental, práticas tradicionais, o bem viver e outras perspectivas, como alternativas sistêmicas, contribuem ao desenvolvimento sustentável e para o alcance das metas da Agenda 2030?

Outra contribuição recomendada seria ser possível existir uma dimensão de colonialidade no trabalho ao relacionar perspectivas e práticas de sustentabilidade baseadas em um país "em desenvolvimento" ou "emergente" aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU? Caso afirmativo, quão decolonial o conceito de ecofeminismo pode ser?

Além disso, um estudo que suscita investigar mais profundamente o impacto direto dessas práticas nas políticas públicas locais e regionais, explorando como as ações dessas mulheres têm influenciado decisões políticas e iniciativas de sustentabilidade nas comunidades.

O presente estudo analisou as práticas e o discurso de lideranças femininas atuantes na Amazônia e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Por meio deste trabalho, foi possível descrever as principais práticas e perspectivas ecofeministas nas causas; e evidenciar de que forma as ações desempenhadas pelas mulheres cooperaram para a consecução da Agenda 2030.

Foi necessário interseccionar a relação entre gênero e meio ambiente, como também considerar as condições socioeconômicas que afetam a produção e o consumo, e conseqüentemente o impacto gerado dessa relação, e outros fatores interdimensionais apontados na literatura, como socioculturais.

Ao analisar a prática e o discurso de lideranças femininas atuantes na Amazônia, foi possível alcançar um dos objetivos deste estudo, de descrever as principais práticas e perspectivas ecofeministas nas causas ambientalistas, ligadas às atividades agrícolas e extrativistas, à educação ambiental e ao uso das mídias sociais, ressaltando um viés local fator-chave ao complementar a atuação planetária, contribuindo ao marco histórico da agenda ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Referências

- Andrade, D. F. (2024). Decolonialidade, biocentrismo e educação ambiental. *Educação & Realidade*, 49.
- Assemae. (n.d.). *AssemaE - Apenas 1% do lixo orgânico é reaproveitado no Brasil*. Recuperado em 01 de out de 2024, de: <https://assemae.org.br/noticias/item/4494- apenas-1-do-lixo-organico-e-reaproveitado-no-brasil>.
- Barbieri, J. C. (2020). *Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030*. Editora Vozes.
- Beltran, E. P. (2017). *El Ecofeminismo en Alternativas Sistémicas*. 103-132. Editado por Focus on the Global South, Attac y Fundación Solón, La Paz.
- Cardoso, M., Fernandes, G. A. A. L. (2022). A liderança feminina na agenda sustentável. *GV-Executivo*, 21, (1).

Cassiani, S. H. B., Caliri, M. H. L. & Pelá, N. T. R. (1996). A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Revista latino-americana de enfermagem*, 4, 75-88.

Comum, Nosso Futuro. (1991). *Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV.

Dalal, A. (2019). Explicating environmental patriarchy: an examination through gender and environment perspectives. *Antyajaa: Indian Journal of Women and Social Change*, 4(2), 145-157.

Foster, E. (2021) Ecofeminism revisited: critical insights on contemporary environmental governance. *Feminist Theory*, 22 (2), 190-205.

Gudynas, E. (2020). *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Editora Elefante.

Hora, K., Nobre, M. & Butto, A. (2021). *As mulheres no censo agropecuário 2017*. Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung.

Husein, S., Herdiansyah, H. & Putri, L.G. (2021). Uma perspectiva do ecofeminismo: uma abordagem de gênero na redução da pobreza através da implementação de práticas de desenvolvimento sustentável na Indonésia. *Revista de Estudos Internacionais sobre Mulheres*, 5, 210-228.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Gov.br, 2024. *O que são os ODS? Histórico ODS* Recuperado em: 25 de out de 2024, de: <https://anda.ibge.gov.br/o-que-sao-os-ods/historico-ods.html>

Irving, S. & Helin, J. (2018). A world for sale? An ecofeminist reading of sustainable development discourse. *Gender, Work & Organization*, 25(3), 264-278.

Lamas, I., Barca, S., Ferreira, B. S. & Yanez, I. (2021). Horizontes ecofeministas. *Ambiente & Sociedade*, 24.

Layrargues, P. P., Puggian, C. & Menezes, A. K. (2020). Educação, movimentos sociais e mulheres: redes de articulação e resistência. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 15(1), 51-62.

Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010. (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em: de www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.

Luiz Filho, J. S. (2023). *Os objetivos do desenvolvimento sustentável na ótica da abordagem da estratégia como prática social: um estudo no corpo de bombeiros militar do Paraná*.

Mies, M. & Shiva, V. (1993). *Ecofeminism*. Halifax: Fernwood.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Gov.br, 2022. *Histórico ODS*. Recuperado em 24 de out de 2024, de <https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>.

Odrowaz-Coates, A. (2021). Definitions of sustainability in the context of gender. *Sustainability*, 13 (12), 6862.

ONU Brasil. (2015). Os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. *Organização das Nações Unidas Brasil*. Recuperado em: 15 abr, de: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

- Pearse, R. (2017). Gender and climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 8, (2), e451.
- Pina, C. G., Báez, M. D. C. S. & Perea, P. J. R. (2020). Las mujeres como agentes para la cohesión territorial de los destinos turísticos rurales. *Terra: Revista de Desarrollo Local*, (6), 271-293.
- Quijano, A. (2011). Colonialidad del poder y clasificación social. *Contextualizaciones latinoamericanas*, 2 (5).
- Rapkin-Citrenbaum, B. (2020). *Wading upstream: the case for ecofeminism as a solution-oriented*, Critical Theory Approach.
- Ribeiro, J., Souza, F. N. & Lobão, C. (2018). Editorial: saturação da análise na investigação qualitativa: quando parar de recolher dados? *Revista Pesquisa Qualitativa*, [S. l.], 6(10), iii-vii.
- Roso, B. L. S. D. J. & Espindola, A. A. D. S. (2021). Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso diante da perspectiva da sustentabilidade e da sociedade em rede. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, 21(40), 59-79.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lucio, P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Silva, E. M. D. V. & Melo, F. C. A. B. (2020) Da teoria verde ao ecofeminismo: mulheres na África Meridional frente às mudanças climáticas. *e-cadernos CES*, (34).
- Solón, P. (2019). *Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Editora Elefante.
- Souza, A. M. (2019). A Governança global da cooperação para o desenvolvimento e a agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. *Boletim de Economia e Política Internacional*, (25).
- Strauss, A. L. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed.
- Tavares, J. (2021). *O ecofeminismo na Amazônia: relato de experiência da Comunidade São Francisco de Assis, Careiro da Várzea, Amazonas*. Edua.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.
- Whittington, R. (2006). Completing the practice turn in strategy research. *Organization Studies*, 27(5), 613-634.